

O luto público como luta política: Marielle Franco e as primeiras respostas da poesia

Public mourning as a political struggle: Marielle Franco and the first answers of poetry

Moama Lorena Lacerda Marques¹

Resumo: No presente artigo, tomando Marielle Franco como paradigma de confronto com o Estado, discutimos o luto público como forma de luta realizado no âmbito da poesia brasileira feita por mulheres nos primeiros dias após o assassinato da vereadora. Para tanto, partimos das categorias de solidariedade política (HOOKS, 2020), de necrobiopoder (BENTO, 2018) e do reconhecimento (BUTLER, 2019; 2020), a fim de analisar a antologia *Marielle, Presente!* (GOMES, 2018). Como estratégia crítica, ressaltando o caráter de (ins)urgência dessa poesia, promovemos um diálogo entre as diversas vozes femininas presentes nos versos, nas dedicatórias e em outros textos que estruturam o corpo poético-político da publicação.

Palavras-chaves: Luto público; Luta política; Marielle Franco; Poesia de autoria feminina.

Abstract: In this paper, while taking Marielle Franco as a paradigm of confrontation with the State, we discuss public mourning as a form of struggle carried out in Brazilian poetry made by women in the first days after the murder of the councilwoman. To this end, we start from the categories of political solidarity (HOOKS, 2020), necrobiopower (BENTO, 2018) and recognition (BUTLER, 2019; 2020), in order to analyze the anthology *Marielle, Presente!* (GOMES, 2018). As a critical strategy, emphasizing the character of (ins)urgency of this poetry, we promote a dialogue between the various female voices present in the verses, dedications, and other texts that structure the poetic-political body of the publication.

Keywords: Public mourning; Political struggle; Marielle Franco; Female poetry.

¹ Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba (2013), professora de Literaturas de Língua Portuguesa da UFPB e membro permanente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPB). E-mail: moamalorena@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3569-1601>

A poesia que nasce da (ins)urgência

Se nos interessamos em compreender uma certa poesia de autoria feminina brasileira feita na contemporaneidade, especialmente seus “gritos da e pela vida” (KIFFER; GIORGI, 2019, p. 12), é preciso nos aproximarmos do seu sentimento de (ins)urgência, característico das lutas contra-hegemônicas. Quando dizemos uma certa poesia, estamos nos referindo àquela comprometida, ética e esteticamente, com a desestabilização das políticas de morte, centrais aos regimes de necrobiopoder (BENTO, 2018).

O compromisso ético dessa poesia tem se afinado, cada vez mais, ao de movimentos, e seus modos de reexistir, como os feminismos, que atuam considerando um ponto de partida fundamental: pensar-se como parte de um projeto político mais amplo, que busca garantir o direito à vida e à dignidade de corpos considerados matáveis por parte do Estado. E esse compromisso ético pode ser constatado por meio das suas marcas estéticas no corpo semântico dos poemas, mas também em outros textos que vão ajudando a delinear o projeto literário dessas poetisas: as apresentações e os prefácios dos livros, as entrevistas, os diálogos em espaços virtuais, a exemplo das *lives*, dos *podcasts* e de outros.

Desafiando o tempo e o espaço que se costuma associar ao fazer poético ou, ao menos, a uma concepção sacralizadora dele, isto é, os da intimidade da casa bachelardiana, da solidão da(o) poeta e de uma escrita relacionada a um labor que exige voltas e voltas em torno do texto, o que vemos se impor, muitas vezes, é a exigência da poesia-pronta-resposta. É como se, diante da brutalidade das execuções sumárias, como as que acontecem frequentemente nas periferias do país, a poesia soubesse que, não conseguindo evitá-las, pode, no entanto, ser uma das suas faces públicas; face que, mostrando-se nos mais diversos meios, como os virtuais, não permite o esquecimento e acaba sendo uma das maneiras de lidar com a vulnerabilidade e com o luto.

A poesia feita em homenagem à memória da vereadora Marielle Franco é um exemplo nesse sentido; tão logo foi noticiado o seu assassinato, as redes sociais foram tomadas por versos que exigiam reparação e justiça, bem como destacavam a memória de luta da vereadora, com destaque para algumas antologias que vieram a público ainda em 2018; uma delas publicada apenas treze dias depois. Toda a realização do luto público, aliás, é perpassada pelo sentimento de (ins)urgência ao qual nos referimos e tornou-se um paradigma para pensarmos a luta política feminista, na qual compreendemos que as artes e, de uma maneira especial, a poesia, tem ocupado um lugar importante.

Assim sendo, propomos, neste artigo, seguirmos o seguinte percurso: traçar um breve perfil da atuação política de Marielle Franco nos diversos espaços em que atuou: o acadêmico, o comunitário e o político partidário, para, a partir desse perfil, compreender como o luto e a luta em sua vida impulsionaram um amplo trabalho de luto e de luta em torno da sua memória; e, por último, especular o lugar da poesia brasileira feita por mulheres na realização desse trabalho, analisando textos que integram a antologia *Marielle, presente!*, publicada poucos dias após o seu assassinato e que oferece aquela dimensão de (ins)urgência a qual nos referimos. Como resultado, é possível constatar que essa poesia, interessada que está em ser um corpo comprometido com a desestruturação de políticas de morte, reconhece no luto e na luta de e por Marielle um importante paradigma feminista, tomando parte em seu fortalecimento.

1 O luto e a luta de Marielle Franco

Para compreendermos a semente de luta na qual Marielle se transformou, é imprescindível conhecer alguns fatos da sua vida e da sua atuação política. Assim sendo, apresentamos, abaixo, um breve perfil biográfico, extraído do site do Instituto Marielle Franco:

Marielle se formou pela PUC-Rio, e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e construiu diversos coletivos e movimentos feministas, negros e de favelas. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina. Isso a ajudou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas².

A primeira informação que chama a atenção é o fato que a mobilizou para a militância: a perda de uma amiga, uma das tantas vítimas das operações policiais nas periferias do Rio Janeiro. Vemos, então, que, na realização do trabalho de luto vivenciado por Marielle, se inicia uma luta que será central em seu projeto político, bem como em seu projeto acadêmico: o

² Disponível em: https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle?gclid=Cj0KCQjwm6KUBhC3ARIsACIwxBhq6esCmZQ4M7l-E0hmITjoekP_-n6AGr5_QRSqgLOPTMlwXJ_cyS0aAkWQEALw_wcB Acesso em: 21 maio 2022.

combate a um modelo de segurança pública que, tendo como desculpa a guerra ao tráfico, alimenta e reproduz a violência do Estado penal brasileiro, que tem como alvo a população preta, pobre e periférica; um trabalho que é também o de contribuir para o reconhecimento dessas vidas como dignas de cuidados e de direitos.

A centralidade desse trabalho encabeçado por Marielle, aliás, é possível constatar em todos os espaços que ocupou e onde exerceu sua militância: o comunitário, o político-partidário e o acadêmico. A sua dissertação de mestrado, por exemplo, defendida em 2014 e tornada livro em 2018, pela N-1 Edições, sinaliza a preocupação com o projeto de necrobiopoder encarnado pela segurança pública e mostra como as Unidades de Polícia Pacificadoras “tornam-se uma política que fortalece o Estado Penal com o objetivo de conter os insatisfeitos ou "excluídos" do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões” (FRANCO, 2014, p. 4). Como resultados da pesquisa, defende um projeto de desmilitarização e apresenta, no último capítulo, o que chama de “resistências possíveis”, muitas delas vindas de movimentos sociais forjadas no seio das favelas, como a campanha "Somos da Maré e Temos Direitos" e a elaboração de “um manual, uma cartilha, com orientações sobre os direitos e os deveres do cidadão em situações de abordagem policial” (FRANCO, 2014, p. 112), iniciativa da favela de Santa Marta, a primeira a receber uma UPP.

Quando eleita a quinta vereadora mais votada da Câmara do Rio de Janeiro, nas eleições de 2016, Marielle, que já fazia parte daquelas “resistências possíveis”, sobretudo pela sua participação em organizações da sociedade civil, tem a oportunidade de contribuir em um âmbito mais amplo, e o faz. Para começar, a sua vitória é um rasgo na estruturação historicamente masculina, branca e elitista não apenas da Alerj, mas da política brasileira nacional, que, naquele ano, das 811 vereadoras, elegeu apenas 32 negras, com Marielle como a única declaradamente preta no Rio de Janeiro (GRAGNANI, 2018).

A consciência da extrema vulnerabilidade na qual, em uma perspectiva interseccional, a mulher negra existe e a importância de desestruturar as violências que alarmam essa vulnerabilidade aparecem em todo o percurso da sua luta política enquanto vereadora. Pouco depois de eleita, na entrevista concedida ao site do *Brasil de fato* durante a jornada de luta das mulheres no mês de março de 2017, Marielle afirma que “ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo” (FRANCO, 2017). Pautada pela discussão de políticas de garantia dos direitos das mulheres dentro de uma perspectiva feminista antirracista, nessa entrevista, ela

dialoga sobre alguns projetos de lei que têm em vista no decorrer do seu mandato, a exemplo do programa de garantia de serviços públicos de atendimento à mulher em caso de aborto legal, a proposta de creche no horário noturno, com o projeto “Espaço coruja”, e outros.

Das sete proposições feitas em pouco mais de um ano de atuação, cinco foram aprovadas pela Câmara após a sua execução, mais precisamente, em maio de 2018; a maioria está voltada para o reconhecimento da luta das mulheres e para a necessidade da garantia dos seus direitos, como o Dia de Tereza de Benguela e da mulher negra, considerando a memória de luta daquela que foi um símbolo de resistência à escravidão; o projeto “Assédio não é passageiro”, “que cria uma campanha publicitária nos transportes públicos do Rio de Janeiro como uma das formas de conscientização da violência contra a mulher”, e o “Dossiê Mulher Carioca”, “que propõe a elaboração de estatísticas periódicas a respeito do atendimento de mulheres nas áreas da saúde, assistência social e direitos humanos.”³

Além desses projetos, é importante citar suas ações à frente da Comissão de Defesa da Mulher na Câmara Municipal do Rio, nas quais podemos constatar uma atenção especial às mulheres negras e moradoras das periferias, como ela mesma aponta que seria sua pretensão em uma entrevista concedida à TV Câmara. No ano em que presidiu a Comissão, junto a sua equipe, promoveu campanhas contra o assédio, rodas de conversa e audiências públicas sobre saúde da mulher e violência sexual, além da realização de diversos atendimentos, sendo grande parte dos casos referente à violência física, assédio e violência racista⁴.

Pela relação com a literatura e com a discussão sobre as respostas da poesia que iremos articular mais adiante, destacamos, ainda, como uma das ações, a proposta de concessão da medalha Pedro Ernesto, maior honraria concedida pela Alerj, acatada, no espaço desta, por unanimidade, à escritora Conceição Evaristo. A importância dessa homenagem toma proporções maiores ao ser realizada por uma bancada toda composta por mulheres negras, a exemplo de Flávia Ribeiro, dona Ruth de Souza, Jurema Werneck, Mãe Meninazinha de Oxum, e integrando o debate “Eu mulher negra resisto”. Além de Conceição Evaristo, outras mulheres negras foram homenageadas no ano do mandato de Marielle, como dona Dida, do Dida Bar,

³ Todos os projetos propostos podem ser conferidos no site <https://www.mariellefranco.com.br/projetos-de-lei-marielle-rio>, incluindo alguns que foram reprovados, a exemplo da proposta do Dia da Visibilidade Lésbica no calendário do Rio de Janeiro. Acesso em 24 maio 2022.

⁴ O relatório final do trabalho da Comissão pode ser conferido em: https://issuu.com/mariellefranco/docs/relatorio_comissao_da_mulher__1_ Acesso em 24 maio 2022.

um espaço voltado para a promoção da gastronomia e da cultura negras na zona norte do Rio de Janeiro.

Essas e outras ações que integraram a atuação política de Marielle em todos os espaços que ocupou, como mencionado, se mostram uma parte importante da tessitura do trabalho de luto e de luta realizado em torno da sua memória.

2 O luto e a luta por Marielle Franco

Na noite em que Marielle e Anderson foram assassinados, ela tinha acabado de participar do evento “Jovens negras movendo as estruturas”, na Casa das Pretas, localizada no bairro da Lapa. Algumas fotografias da atividade mostram Marielle no centro, entre quatro debatedoras, todas negras: Aline Lourena, coordenadora do coletivo Az_Pretaz - Mulheres Negras e Indígenas da Comunicação e da Tecnologia, a escritora Ana Paula Lisboa, a rapper Hellen N'Zinga e a publicitária Moara Valle; juntas, mediaram uma conversa de mais de duas horas “sobre ancestralidade e participação das mulheres negras na política e na vida”. E foi fazendo reverência as que vieram antes a maneira escolhida por Marielle para encerrar a sua participação. Na ocasião, ela cita uma famosa frase de Audre Lorde: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” (MESQUITA, 2018). A escritora e ativista havia sido a escolhida para uma atividade das aulas de inglês, que a vereadora cursava à época, como uma referência feminina importante em sua vida, com quem muito se identificava: como ela, uma mulher negra, lésbica e mãe, cujo pensamento e cuja luta eram atravessados por essas identidades.

Até então mais conhecida apenas no âmbito político do Rio, o potencial transformador da sua atuação toma, logo após a sua execução, uma dimensão ampla. Em um primeiro momento, assumindo a função, que se mostra urgente, de reconhecer sua memória de luta, a fim de desmontar uma série de *fake news* que começaram a ser disseminadas nas redes sociais. Perpassado pela luta por justiça, por meio da exigência de identificação e punição dos seus executores, o luto por Marielle se contrapõe, portanto, às estratégias de apagamento engendradas pelo necrobiopoder em relação a corpos pretos e periféricos como o dela. Em acordo com Berenice Bento, a noção de necrobiopoder

unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2018, p.7).

À luta e ao luto político-partidário liderados pelo PSOL, somam-se os de diversos movimentos sociais estabelecidos e da sociedade civil. Nessa mistura que determina a formação de um corpo amplo enlutando Marielle, surge uma questão que consideramos, a partir de pesquisadoras como Carla Rodrigues (2021), central no intuito de pensar, mais adiante, as respostas da poesia: a relação entre as dimensões da perda individual e da perda coletiva, com destaque para o trabalho de reconhecimento realizado pelas mulheres, especialmente as mulheres negras. Vejamos:

Por ser titular de um mandato de vereadora, Marielle Franco pode ser velada na Câmara Municipal e ter as honras fúnebres declaradas pelo poder público. Essas formas institucionais de luto, garantidas pela equipe de seu gabinete na Câmara Municipal e pelo PSOL – organizadores do velório nas dependências da casa legislativa -, misturaram-se às demonstrações espontâneas de luto, mobilizadas por pessoas comuns, **sobretudo por mulheres e por jovens negras** (RODRIGUES, 2021, p. 79, grifo nosso).

Nas manifestações públicas posteriores ao velório, que começam a tomar proporção internacional, a relação entre essas dimensões se intensifica; à dor da perda da família, de amigos e companheiros políticos de Marielle soma-se, como mostra Carla Rodrigues (2021), a dor coletiva da perda por tudo que ela representava enquanto mulher negra, favelada e lésbica; um corpo matável que furou o cerco marcadamente branco e elitista da política do Rio de Janeiro, tendo sido executada porque, além de encarnar a população-alvo das políticas de morte do Estado, perseguia, como vimos, um projeto de reexistência que confrontava essa mesma lógica.

Fazendo coro a essas manifestações, destacamos, como foco das nossas reflexões aqui, o trabalho realizado por poetisas brasileiras; trabalho este que vai desde a circulação espontânea de versos em meios de grande alcance, como o das redes sociais, principalmente em grupos voltados para dar visibilidade à produção de mulheres, como o do movimento Mulherio das Letras, até a organização de antologias, virtuais e impressas, em homenagem à vereadora. É, exatamente, sobre a força dessa mobilização coletiva que encontra reverberação nas antologias

lançadas ainda em 2018 que pretendemos falar a seguir, mostrando o reconhecimento, no âmbito da poesia, da necessidade de realizar o luto para dar continuidade à memória de luta.

3 O luto e a luta na poesia

Uma das categorias importantes para se compreender a realização do luto público, a partir de Judith Butler (2019; 2020), é a do reconhecimento. Enlutar é reconhecer uma vida perdida como digna, já que os atos que envolvem os rituais da perda, no âmbito de cada cultura, são realizados e valorizados porque o morto é alguém que importa. No caso de Marielle Franco, tomada como representação dos corpos excluídos das políticas de reconhecimento e cuidados por parte do Estado, enlutá-la, a partir de palavras e gestos que a tornam um corpo amável e exemplo de luta pela destituição do necrobiopoder, tornou-se ação urgente da poesia e das poetisas. Além da participação mais ativa em mobilizações e pronunciamentos públicos, como fizeram escritoras como Michelliny Verunschik, que registrou essa participação em nota publicada na antologia que analisaremos, ou mesmo Conceição Evaristo, que, tendo uma relação pessoal com a vereadora, é um nome importante na realização do luto que mistura as esferas privada e pública, essas mulheres escreveram e publicaram poemas em homenagem à Marielle.

Esse gesto que envolve as poetisas assume um caráter excepcional não porque inaugura uma poesia da realização do luto como forma de luta, mas pela proporção que alcança nessa realização, ganhando contornos de projeto feminista comprometido com estratégias de perpetuação da memória como contramola às políticas de apagamento. Essa poesia entende que enlutar significa reconhecer e não ceder ao esquecimento. E, para tanto, lança mão de diversas estratégias, recorrentes em meio à diversidade de estilos presente nos textos: registrar o nome, delinear o corpo a partir do gênero, da raça, da sexualidade, por exemplo, enfatizar a continuidade da voz, entre outras. Em relação a esta, embora não haja a pretensão de falar por Marielle, fala-se com ela, porque compreende-se que a luta que Marielle entoava é a luta de todas contra as práticas de silenciamento.

Lamenta-se, nos versos, a perda, enluta-se na dor, mas também na perpetuação da luta. Aos registros do luto espalhados em diversos veículos, virtuais e impressos, as antologias são uma iniciativa importante, que conferem um contorno de projeto a produções mais espaçadas.

Elas oferecem, portanto, organicidade e visibilidade a uma escrita de autoria feminina comprometida com uma causa em comum.

A primeira delas é uma edição feita pela Vida Secreta Publicações e, embora não seja formada exclusivamente por textos de autoria feminina, ela interessa por diversas razões; entre elas, pelo sentimento de urgência que impulsiona a sua organização e que pode ser constatado tanto na data de sua publicação (apenas treze dias após o assassinato) quanto nos textos que a integram, a começar pelo da apresentação, escrito pelo editor João Gomes. Ao registrar a inquietação e a tristeza que movem todos que contribuíram com a edição, ele ressalta a voz coletiva da favela que Marielle representava e a importância de perpetuá-la na luta diária, fazendo-o por meio de um pedido que registra, em letras garrafais, como urgente: “Nossa militância pelas nossas vidas segue, e o pedido mais do que necessário e urgente é o PAREM DE NOS MATAR! Que venham outras antologias, e que sua imagem e suas atitudes revolucionárias nunca sejam esquecidas.” (GOMES, 2018, p. 7). Logo em seguida, o poema que abre o conjunto de textos, de Ana de Cesaro, ilustrado por Betina C. Köche, também apresenta as palavras de ordem “Parem de matar a gente” e finaliza com a exposição do sentimento de urgência, “Esse assunto é urgente”, e com o grito de luta que passou a ecoar constantemente e que dá título à antologia: “Marielle, presente!”.

Dos vinte e dois poemas que integram a obra, dezoito são de autoria feminina, assim como os textos das epígrafes; de Cecília Meireles e Clarice Lispector, eles dão a tônica do que será encontrado. O de Cecília fala sobre o silenciamento a que são relegados os que gritam por justiça: “Toda vez que um justo grita,/um carrasco vem calar./Quem não presta fica vivo,/quem é bom, mandam matar” (MEIRELES, 2018, p.5). O que chama a atenção, em especial, nesses versos, é o uso do verbo gritar, central à ação de quem clama por justiça; falar, simplesmente, não é suficiente em uma sociedade ensinada a não dar ouvidos a qualquer um(a) que fuja do padrão masculino/branco. Esse uso extremo da voz para se fazer escutar era da práxis de Marielle e continua a ser necessário na atuação política das mulheres e de outros sujeitos que são alvo de tentativas de apagamento nos espaços de poder, a exemplo do que aconteceu, em 2018, com a então candidata à vice-presidente Manuela D’ávila, interrompida mais de sessenta vezes pela bancada do programa de tv Roda-viva⁵; bancada esta formada, em sua maioria, por

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fuleHvPqGi4> Acesso em 22 ago. 2022.

homens; também recordamos, aqui, a frase emblemática da já vereadora Marielle Franco, no Dia Internacional da mulher, afirmando, em plenária: “Não serei interrompida!”⁶.

A ênfase na voz, aliás, é constante nos poemas, a exemplo do de Viviane Freitas, representativo desde o título, já que “Marifonia” seria uma referência ao timbre da voz de Mari, como carinhosamente Marielle era chamada pelos mais próximos. E a voz de Mari(elle) é, no poema e no corpo do embate político do país, “a voz”, porque é aquela que não se cala(va), é a voz “não calável” (FREITAS, 2018, p.19): “porque a voz é coletiva/voz de um, de todos, de mil/voz do pobre, do negro, do brasil/voz da mulher, da criança, do oprimido/voz da igualdade e da disputa/voz que se levanta e vai à luta” (FREITAS, 2018, p.19).

A voz de Marielle, que insurge no grito, para fazer-se ouvir por aqueles que teimam em querer abafá-la, é “a voz que nunca irá cessar” (FREITAS, 2018, p.19), é a voz presente, que não se fez passado nem com a morte, como dito no verso que encerra o poema: “a voz está presente” (FREITAS, 2018, p.19) porque as muitas outras vozes que teimam em perpetuá-la não permitem a sua ausência. O corpo, matéria física, perecível, pode até tombar vazio, “nadificando-se” (EVARISTO, 2018, p.42), como lembra, com imenso pesar, o luto expresso por Conceição Evaristo em seu poema. No entanto, a memória de luta se eterniza, “iluminando-nos e nos fortalecendo” (EVARISTO, 2018, p.42). Essa memória pode, em um primeiro momento, não se sobrepor à dor, mas, em uníssono, sabe-se ser urgente centrar-se nela, enquanto matéria da luta e do poema, e não mais pensar “nos rojões vermelhos/nem no corpo que já não resiste à gravidade/tampouco em como é fácil romper a tênue linha entre [a existência e o nada.” (LIMA, 2018, p.23).

Essa “voz que não tem medo de gritar” (FALKS, 2018, p. 16) e que se nega a “dar a eles a dádiva do silêncio” (LIMA, 2018, p.23) é elemento recorrente nos textos da antologia. A tentativa de silenciamento de uma é respondida com a insistência na fala-grito de muitas; o estampido das balas é que é silenciado com “o estampido de palmas” (LIMA, 2018, p.24), gesto celebrativo tanto da festa quanto da mobilização da luta; gesto também que fez parte do cortejo fúnebre em prol de Marielle, quando uma Cinelândia lotada, em seu velório, aplaudiu a memória da vereadora.

Na configuração do luto-luta, além dessa voz que tende ao grito, outras modalizações ganham espaço, incluindo o silêncio, que não pode ser lido como isenção ou recuo, mas como

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVV6FfOAQ-Y> Acesso em 22 ago. 2022.

preparação para o exercício combativo. No poema de Helena Zelic, “Carta-denúncia”, a aparente mudez da interlocutora é eximida de culpa, porque os verdadeiros culpados são nomeados: “é preciso dar nome aos bois” (ZELIC, 2018, p.38). Assim, aparecem como responsáveis diretos o interventor federal no Rio de Janeiro, Braga Netto, e o prefeito da cidade, Marcelo Crivella. São homens brancos e ricos, como eles, detentores do poder, que fazem com que o mundo seja um lugar duro para muitos: “a culpa é do mundo/e a culpa do mundo é dos ricos” (ZELIC, 2018, p.38), daqueles “que costumam/chamar de heróis/[...] enquanto os verdadeiros heróis/são silenciados um a um” (NEVES, 2018, p.37).

Essa tentativa de silenciamento, no entanto, como dito, não é de todo consumada, porque o exemplo de luta das(os) que se vão é perpetuado pelas(os) que ficam, incluindo o empenho destas(es) em fazer circular o legado daquelas(es), como aconteceu com Marielle e podemos ver em versos como: “Fica o epitáfio de alguém que entrou pra história/Fez do seu legado a sua glória/Marielle, presente” (FALKS, 2018, p.16). Até mesmo quando parece que a ausência de palavras gerada pelo desamparo da perda se impõe, logo há a “transformação do silêncio em linguagem e ação” (LORDE, 2020, p.52). A última estrofe do poema de Helena Zelic expressa bem essa transformação: “porque não é sua voz, meu amor/que perdeu o acalanto/são as vozes que andamos perdendo./não é você que anda mais muda, meu amor/são os minutos de silêncio/que antecedem o revide./você consegue ouvir?/está vindo”(ZELIC, 2018, p.39).

A dureza do mundo gerada pelos “brancos donos de tudo”, como escreve Conceição Evaristo em “Vozes-mulheres” (EVARISTO, 2017, p.), é combatida com o afeto referenciado no vocativo “meu amor”, repetido várias vezes ao longo dos versos, mas também com o barulho do revide que está sendo gestado. O amor entre mulheres expresso no poema é particularizado na relação entre a voz lírica feminina e sua interlocutora, mas é também um amor mais amplo, o da sororidade, que torna possível o que está vindo: “o coro/que nos foi deixado/de presente” (HERMANN, 2018, p.40). Outros versos desse mesmo poema de Cris Hermann falam de uma “sororidade intermitente com as nossas”, construída entre as muitas “vozes que andamos perdendo” (ZELIC, 2018, p.39) e as muitas vozes que perduram: “parece que nosso dever é perdurar” (ZELIC, 2018, p.38). Para tanto, é possível entender essa sororidade como a solidariedade política de que fala bell hooks:

Entendíamos que solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum. **A sororidade**

feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado (HOOKS, 2020, p.36, grifo nosso).

É esse comprometimento amplo com a luta contra a injustiça patriarcal, que se utiliza de diversos mecanismos de silenciamento, incluindo a violência extrema que resulta em morte, que é possível observar nos textos em análise; uma luta que reconhece, na opressão de gênero, é importante que se diga, a intersecção de outras opressões, a exemplo das de raça, classe e sexualidade. Se é fato que todas as mulheres são matáveis, também o é que algumas, na configuração do necrobiopoder, são mais matáveis do que outras, a exemplo de mulheres como Marielle: preta, lésbica, favelada e que ousou ocupar espaços políticos, despertando, por tudo isso, profundo incômodo nos poderosos, a exemplo do que nos mostram versos como: “Cabelo crespo, buceta e melanina/Sou seu pior pesadelo na forma feminina” (ROCHA, 2018, p.31) e “Ela, logo ela, preta pobre e sapatão/Logo ela, que nem é vista como gente/Logo ela, que não pode ter opinião” (FALKS, 2018, p.16).

Reconhecer que as opressões operam de maneira diversa na vida das mulheres não pode ser razão para distanciamento, mas condição para firmar uma solidariedade política que não fique apenas “em tese”, mas onde “todas as sedes estão representadas” (VILELA, 2018, p.27), como mostra o poema “Manas”, de Lou Vilela: “Manas/o cenário é árido/os medos, escaldantes?/— sororidade/em tese/todas as sedes estão representadas/:/necessário desfazer os nós/das renúncias, da exclusão/da ignorância compulsória/da violência, da posse/do preconceito.../costurar o autoamor/numa clave de sol” (VILELA, 2018, p.27).

O título, grafado entre aspas, “Manas”, como um modo de sugerir que nem todas se envolvem com a luta como parceiras, de fato, praticando a sororidade, aponta caminhos para uma união na diferença, com destaque para o exercício do autoamor. Voltando ao que ensina bell hooks: “É importante destacar que a sororidade jamais teria sido possível para além dos limites da raça e classe se mulheres individuais não estivessem dispostas a abrir mão de seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres.” (HOOKS, 2020, p.36).

Entre os nós que precisam ser desfeitos, como a estrofe final aponta, estão também aqueles que sobrepõem as diferenças - de raça, classe, sexualidade e outras - entre as mulheres às possibilidades de diálogo, à aproximação que tem em vista o enfrentamento de medos e violências comuns. E esse sentimento de aproximação é ampliado diante da dor da perda: “se

morre uma de nós/todas morremos/a voz que ela entoou/entoemos/sempe que uma mulher/se despede lutando/em vez de nascer uma estrela/é o sol que explode/chorando//mas se morre uma de nós/todas morremos/a voz que ela entoou/entoemos.” (MARIA, 2018, p.21).

Representando “a voz daqueles/que ninguém escuta” (ZANETTINI, 2018, p.22), o luto pela perda de Marielle é o luto de todos, de todas, especialmente, contemplados(as) no projeto de desestruturação das políticas de morte que encabeçava; políticas de morte das quais acabou sendo alvo. Há um desejo e um esforço expressos nos poemas de reconhecer-se no outro/na outra. Mata-se (mais) uma, mata-se todas. Esse desejo e esforço estão presentes desde a epígrafe de Clarice Lispector, “O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro” (LISPECTOR, 2018, p.5), passando pelo espelhamento encontrado nas imagens que integram a antologia. A primeira delas é uma fotografia que se tornou símbolo do luto e da luta por Marielle: uma senhora, que se soube, posteriormente, chamar-se dona Santinha e ter noventa e três anos, empunhando um jornal com a foto da vereadora e, abaixo, um texto curto sobre a vivência da mulher negra. A dor expressa em seu rosto e sua disposição para a realização da luta coletiva nas ruas marcaram os ritos fúnebres e as manifestações em prol da justiça por Marielle e Anderson. Em depoimento para *O Dia*, ela explica: “Levei o jornal porque gosto de divulgar as notícias e também serve para as pessoas se motivarem. As mudanças só virão se a gente participar diretamente. Infelizmente, uma voz que trabalhava para mudar o mundo para melhor se calou.” (ALMEIDA, 2018).

Em relação ainda às imagens, é relevante observar que a maior parte das fotografias de Marielle aparecem duplicadas, ou, mais precisamente, como comentamos no parágrafo anterior, espelhadas, com o seu rosto sendo refletido. Essa estratégia condiz com a ideia, tão propagada, não apenas na antologia, mas em todos os outros espaços de luto e luta por Marielle, de que ela virou milhões, de que o seu exemplo mobiliza e reflete a continuidade da luta. Além das fotografias, há, nos textos, muitas construções que apontam, como já mencionado, para o “dever de perdurar” (ZELIC, 2018, p.38), para a constatação de que Marielle virou um símbolo maior. Mesmo diante da dor do luto,

Mesmo não havendo esperanças
Agiremos como se houvesse
Jamais a adesão total
Ao mal, ao funesto, ao terror

Liberdade continuará pronunciada
Sobre ou sob as mordanças
Daremos trabalho, sempre
Como hidras de duas cabeças

Decepem-nos duas, nasceremos quatro
Temos o treino, a expertise, a inteligência
Dos secularmente derrotados.
(GARCIA, 2018, p.15)

A imagem da hidra que renasce maior e mais forte após ser decepada é acompanhada, ao longo da antologia, por outras de igual teor, como a da flor que cresce no asfalto: “lutemos juntas/cada uma a seu modo:/podemos gritar/cantar/podemos até mesmo dançar/fluidas e fortes tal qual água sobre rocha/teimosas como flor que cresce no asfalto/e não morre.” (LIMA, 2018, p.23).

Metáfora que abre um diálogo com o famoso poema de Drummond “A flor e a náusea” e, nos versos de Ada Lima, é retomada para ressignificar a insistência da luta das mulheres diante dos obstáculos duríssimos que lhes são impostos, também foi utilizada por Marielle no discurso em homenagem à Conceição Evaristo realizado na Câmara Municipal do Rio. Dessa forma, quando lemos a antologia, imagem a imagem, poema a poema, passando pelas epígrafes e notas, podemos observar o quanto ela assume, estética e politicamente, o compromisso de enlutar e lutar por Marielle, reconhecendo a potência de sua trajetória e de sua memória.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscamos colocar em diálogo, como estratégia crítica, as vozes das poetisas presentes na antologia, as de pensadoras dos estudos feministas, a voz de Marielle e a nossa; pensamos que, assim, chegamos juntas a uma encruzilhada de vozes que intenta tomar parte no amplo trabalho de luto-luta frente ao necrobiopoder, tendo no exemplo de atuação da vereadora do PSOL um paradigma.

A dimensão poético-política desse trabalho, com destaque para a sua (ins)urgência, tem destaque nos versos que citamos. Neles, a memória de Marielle “não é apenas uma fotografia/agora ela é um país”; não o que continua matando os “secularmente derrotados” (GARCIA, 2018, p.15), não “um país derrubado ao chão” (CARDEAL, 2018, p.25), como corpos como o dela, mas um país-devir, como sinaliza Micheline Verunschik no seguinte trecho:

“uma mulher descerá o morro/as inúmeras escadarias do morro/os muros arames que separam o morro/e pisará o chão desse país sem nome/desse país que ainda não existe/desse país que interminavelmente não há” (VERUNSCHK, 2018, p.41).

O movimento inaugural na construção desse país é, na verdade, mais um movimento de derrubada (de muros, arames), realizado por quem sempre foi, na dinâmica esmagadora da geografia urbana, expulsa(o) para as margens. Esse movimento parte da favela e chega em uma espécie de ponto zero, onde é preciso lançar gestos fundamentais: nomear, erguer um chão que não seja cadafalso, dar-lhe os contornos democráticos, reconhecer igualmente todos os corpos como dignos de políticas de promoção e manutenção da vida. Desde as primeiras publicações, é na realização desses gestos que os poemas escritos para Marielle estão interessados, como vimos na antologia em questão e em outras subsequentes, também publicadas em 2018, a exemplo de *Um girassol nos teus cabelos: poemas para Marielle Franco* (SILVA; MARA; KUBOTA, 2018) e da *Espantologia poética: Marielle em nossas vozes* (REIS; CARVALHO; HEINE, 2018).

Referências

ALMEIDA, Luiz. Incansável guerreira em busca de um país melhor. **O dia**. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5523038-incansavel-guerreira-em-busca-de-um-pais-melhor.html?fbclid=IwAR3KsTewvmu2xuHdD3gsWJDVkk70g8wNbReVKGBSNwd3bE91B_dwbKqLXEs#foto=1. Acesso em: 28 jul. 2022.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, n.53, Campinas, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

EQUIPE MARIELLE FRANCO. **Relatório da comissão de defesa da mulher (2017-2018)**. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/relatorio-comissao-da-mulher>. Acesso em: 22 ago. 2022.

EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. *In*: EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração, Ciências Contábeis e Turismo). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FRANCO, Marielle. Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo. [Entrevista cedida a] Mariana Pitasse. **Brasil de Fato**, 09.03.2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/marielle-franco-or-ser-mulher-negra-e-resistir-e-sobreviver-o-tempo-todo>. Acesso em 24 maio 2022.

GOMES, João (org.). Marielle, Presente!. **Revista Vida Secreta**, Recife, 2018. Disponível em: https://issuu.com/vidasecreta/docs/marielle__presente__-_antologia Acesso em: 22 ago. 2022.

GRAGNANI, Juliana. Marielle era uma das 32 mulheres negras entre 811 vereadores eleitos em capitais brasileiras. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43424088>. Acesso em 24 maio 2022.

HOOKS, bell. Sororidade. *In*: HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. ed. 10. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e políticas do ódio**: lutas, gestos e escritas do presente. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. (Coleção Por que política?).

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. *In*: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MESQUITA, Lígia. Os últimos momentos de Marielle Franco antes de ser morta com quatro tiros na cabeça. **BBC News Brasil**, 15 de mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43414709>. Acesso em 24 maio 2022.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política**: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.